

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBI

80000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em/9 95 2099, às/6:00

Jagon / estagiário

						# F # 1000
D	ATA:	Madida Provicés	- MEDIDA PROVISĆ		2008	PÁGINA
AUTOR:		Medida Provisór	ia 11° 420/2006, 0	ie 12 de maio de	2008	
AUTUR:	PEDNO	wil.	NOS	Gvin	MARA	5
()Su	ıpressiva (Substitutiva (X)Modificativ	/a ()Aditiva	()Substit	utivo Global
			— техто —	<u></u>		
iclua-se o § rovisória nº	§ 6°-B ao art. 40 ° 428/2008:	da Lei 10.865, de	30 de abril de 20	04, alterando a re	dação do art.	3° da Medida
)						
Art. 40	*******			••••		
<u></u>	***************************************					
6° - B. O	disposto do § 6	6°-A também se ap	olica as receitas	auferidas por te	rceiros subco	ontratados pelo
		ansporte multimo				-
						······································
	<u> </u>				——————————————————————————————————————	
CÓDIGO	#	NOME	DO PARLAMENTAR		∭ ui	PARTIDO
– DATA –			/ \ABSINATURA			
1 1			Vhan			

JUSTIFICAÇÃO

O Operador de Transporte Multimodal é a pessoa jurídica contratada como principal para a realização do transporte multimodal de cargas da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros, conforme disposto no art. 5° da Lei 9611/1998. Desta forma, para que a desoneração da exportação seja efetiva, é importante que a suspensão alcance a receita dos subcontratados do operador multimodal.

LEI Nº 9.611, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Regulamento

Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO TRANSPORTE MULTIMODAL DE CARGAS

Art. 1º O Transporte Multimodal de Cargas reger-se-á pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal.

Parágrafo único. O Transporte Multimodal de Cargas é:

- I nacional, quando os pontos de embarque e de destino estiverem situados no território nacional;
- II internacional, quando o ponto de embarque ou de destino estiver situado fora do território nacional.
- Art. 3º O Transporte Multimodal de Cargas compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, unitização desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário, bem como a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental de cargas.
- Art. 4º O Ministério dos Transportes é o órgão responsável pela política de Transporte Multimodal de Cargas nos segmentos nacional e internacional, ressalvada a legislação vigente e os acordos, tratados e convenções internacionais.

CAPÍTULO II

DO OPERADOR DE TRANSPORTE MULTIMODAL

Art. 5º O Operador de Transporte Multimodal é a pessoa jurídica contratada como principal para a realização do Transporte Multimodal de Cargas da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

Parágrafo único. O Operador de Transporte Multimodal poderá ser transportador ou não transportador

Art. 6º O exercício da atividade de Operador de Transporte Multimodal depende de prévia habilitação e registro no órgão federal designado na regulamentação desta Lei, que também exercerá funções de controle.

Parágrafo único. Quando por tratado, acordo ou convenção internacional firmado pelo Brasil, o Operador de Transporte Multimodal puder, nessa qualidade, habilitar-se para operar em outros países, deverá atender aos requisitos que forem exigidos em tais tratados, acordos ou convenções.

Art. 7º Cabe ao Operador de Transporte Multimodal emitir o Conhecimento de Transporte Multimodal de Carga.